

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 661.950 - SP (2015/0037224-9)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : WALDOMIRO PIEDADE FILHO
EMBARGANTE : WILSON ABDALA MALUF FILHO
ADVOGADOS : MARISTELA KANECADAN - SP129006
ANA PAULA MARTINS PRETO SANTI - SP215695
EMBARGADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : MAURÍCIO OLIVEIRA SILVA E OUTRO(S) - SP214060
INTERES. : WALDEMAR DE OLIVEIRA GUIMARAES E OUTROS

DECISÃO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FGTS. DIFERENÇAS APURÁVEIS DECORRENTES DA EXISTÊNCIA OU NÃO DE SAQUES DOS DEPÓSITOS FUNDIÁRIOS. HIPÓTESE EM QUE O ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDOU-SE NA APURAÇÃO CONTÁBIL REALIZADA PELO CONTADOR JUDICIAL. NECESSIDADE DE REEXAME INCOMPATÍVEL COM O APELO RARO. PRECEDENTES DO STJ. ACLARATÓRIOS DOS PARTICULARES REJEITADOS.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por WALDOMIRO PIEDADE FILHO e outro, contra decisão de minha lavra que negou provimento ao seu anterior Agravo em Recurso Especial, assim ementada:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FGTS. JUROS PROGRESSIVOS. O TRIBUNAL DE ORIGEM, COM BASE NA PROVA DOS AUTOS, CORROBORADA PELA CONTADORIA JUDICIAL, CONCLUIU QUE HOUVE APLICAÇÃO DA PROGRESSIVIDADE AO LONGO DO PERÍODO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DOS PARTICULARES A QUE SE NEGA PROVIMENTO (fls. 965).

2. Aduzem estar a decisão equivocada, porquanto faz menção à taxa de juros progressivos, o que alegam não ser objeto de sua irresignação recursal especial; por esta razão, entendem presentes os vícios ensejadores do recurso

Superior Tribunal de Justiça

integrador, a teor do art. 1.022 do Código Fux.

3. Devidamente intimada, a parte embargada deixou de apresentar impugnação.

4. É o relatório.

5. De início, a mera menção à questão da rubrica de juros progressivos, no presente caso, não tem o condão de macular a decisão, porquanto, ainda que assista razão à parte embargante, por se revelar tal rubrica como estranha à relação processual, nenhuma alteração merece ser realizada, à exceção da supressão do tema juros progressivos.

6. É que, na decisão embargada, aplicou-se a tese do descabimento do Recurso Especial, ante a necessidade de revisão de fatos e provas, porquanto se faz necessário o reexame da análise contábil realizada pelo Contador Judicial.

7. Desta maneira, tratando-se ou não de hipótese de juros progressivos, a negativa de provimento do Agravo em Recurso Especial é irrefutável, porquanto encontra arrimo em firme entendimento jurisprudencial deste Tribunal Superior.

8. Ante o exposto, rejeitam-se os Aclaratórios dos Particulares.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR